

A METAMORFOSE DOS INTELECTUAIS LATINO-AMERICANOS

JAMES PETRAS

As ditaduras da década de 60 desempenharam, inicialmente, um importante papel na mudança do mundo intelectual latino-americano. Em primeiro lugar, assassinaram, encarceraram ou desterraram muito intelectuais de destaque, particularmente aqueles identificados com as atividades sociais. Os encarcerados que tiveram a sorte de retornar à liberdade, os exilados e os afastados das universidades perderam a sua principal fonte de rendimentos. Os diários foram fechados; os movimentos, sindicatos e partidos políticos foram parcialmente destruídos; as revistas e publicações periódicas foram fechadas ou sofreram rígida censura. A classe intelectual, política e economicamente vulnerável, estava cada vez mais disposta a aceitar financiamento externo como forma de sobrevivência.

OS INTELECTUAIS E AS DITADURAS

Por outro lado, devido às pressões da opinião pública internacional (incluindo os ativistas pelos direitos humanos, a Igreja, os partidos políticos etc), as agências governamentais de assistência, na Europa e Canadá, assim como fundações privadas nos Estados Unidos, aumentaram seus subsídios e liberalizaram seus critérios ideológicos com respeito aos beneficiários em potencial na América Latina. Os programas de ajuda, assim liberalizados, e os expurgos que os regimes aplicaram nas instituições políticas e nos movimentos, foram a base para a criação de um novo mundo intelectual: o mundo dos centros de pesquisas financiadas a partir do exterior. Para os intelectuais, política e economicamente vulneráveis, em alguns casos isto foi um salva-vidas: a vinculação às agências governamentais, subsidiadas da Europa ou das fundações estadunidenses, proporcionou proteção política e uma sólida fonte de rendimentos, o que ajudou muitos a sobreviverem e a prosseguirem numa vasta gama de investigações. Os resultados imediatos desta aproximação, entre as fundações liberais e social-democratas e os intelectuais vulneráveis, pareceu ser um bem. Enquanto isto, as universidades e os institutos públicos eram arrasados; ilhas de racionalidade, ciência e análise críticas, continuavam recolhendo dados e publicando estudos científico-sociais.

Os institutos maiores e melhores instalados foram controlados e dirigidos por intelectuais de centro-esquerda, nos quais haviam desenvolvido núcleos subsidiados por fontes do exterior, desde o final dos anos 60 até princípios dos

anos 70. O crescimento e o sucesso destes centros de pesquisa conduziram à proliferação de novos institutos, indetificados por uma literal sopa alfabética de siglas. Uma ampla variedade de escritores, intelectuais, políticos e analistas econômicos entrou na competição pela obtenção dos fundos. Com o retorno de muitos intelectuais que haviam vivido no exterior, o número daqueles institutos se multiplicou. No exterior, os intelectuais exilados haviam recebido, na maior parte dos casos, recursos de governos ou de fundações e mantiveram estreita colaboração com as correntes liberais e social-democratas vigentes.

FINANCIAMENTO DO EXTERIOR

Uma conexão direta foi estabelecida entre a integração institucional e os intelectuais latino-americanos, deslocados dentro do "welfare state" liberal-social-democrático e sua crescente absorção nas correntes intelectuais pós-marxistas. Logo após seu regresso à América Latina, essas redes estruturais e ideológicas do exterior foram convertidas em ingredientes essenciais para a posterior expansão de novos institutos. Tais vinculações foram importantes, porque as condições econômicas latino-americanas, no período pós-militar, eram grandemente desfavoráveis. A questão econômica foi particularmente sensível, porque os intelectuais que regressavam enfrentavam uma queda violenta do seu nível de vida, em relação ao que estavam acostumados na Europa, México, Venezuela ou Estados Unidos.

Em resumo, o exemplo dos institutos economicamente bem sucedidos, o poder de influência advindo de contactos localizados no exterior, as desfavoráveis condições econômicas das universidades públicas e o desejo de atenuar os declinantes níveis de vida foram todos fatores que impulsionaram o amplo fluxo dos exilados radicais, no retorno, para

Este artigo foi publicado em *Estudios Latinoamericanos*, nº 5, de julho/dezembro de 1988, pp. 81 a 86. Traduzido por Edsel O. Britto.

James Petras é sociólogo, professor da State University de Nova York e colaborador da *Monthly Review*, *Le Monde Diplomatique* e *New Left Review*.

Tem vários livros publicados, entre os quais *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo* (Zahar, 1980)

entrar na crescente competição de preparar propostas para recebimento de financiamento externo. Alguns intelectuais, orientados para trabalhar em institutos de pesquisas, foram paradoxalmente beneficiados pelo aprofundamento das crises econômicas que agudizaram a pobreza e a miséria dos meios urbano e rural, incrementando, desta forma, a preocupação política nas agências exteriores de financiamentos. Temendo uma nova onda de inquietação social e de protesto político contra os regimes liberais e conservadores no poder — e que podia interromper as amortizações da dívida externa — as fundações investiram mais recursos nos institutos.

Se a primeira onda de assistência econômica externa foi dirigida à crítica do modelo econômico e às violações dos direitos humanos das ditaduras militares, a segunda onda foi dirigida para o estudo dos novos movimentos sociais, enquanto que a terceira onda de financiamentos se concentrou no processo de democratização e da dívida. Os estudos então realizados se encaixavam num mesmo esquema: sobre a ditadura enfocaram seus ímpetus politicamente repressivos e os vínculos econômicos e militares com as elites da Europa Ocidental e Estados Unidos; a violência de Estado foi analisada em termos de violação dos direitos humanos, não como expressão de domínio de classe, da luta de classes, da violência de classe; a base política que surgiu desses estudos delimitou o tema como concepções políticas enfrentadas, como conflitos entre a democracia liberal e a ditadura militar, a dissociação deliberada da estrutura de classe do poder estatal foi justificada pela idéia de que a área política era autônoma e independente da sociedade civil.

Os estudos dos movimentos sociais seguiram a mesma tendência; proclamaram que os movimentos sociais se contrapunham à política de classe; que a estrutura de classe que haviam sugerido era “heterogênea” e que os esforços dos movimentos sociais estavam muito distanciados das antigas ideologias. A linha política a respeito dos movimentos sociais foi, em primeira instância, a de que estes deviam se separar dos partidos políticos ideológicos-radicalis. Mais tarde, com a ascensão dos partidos eleitorais liberais, a linha política se deslocou e se aproximou dos movimentos que canalizassem suas atenções para “luta pela democracia”. A “autonomia dos movimentos sociais” foi impulsionada quando os pesquisadores procuraram separá-los da esquerda revolucionária; a “participação nas amplas frente democráticas” converteu-se na fórmula que os pesquisadores incentivaram, quando a política eleitoral liberal passou para o primeiro plano.

A terceira etapa do financiamento relativa à democratização foi a mais abertamente ideológica: a pesquisa foi centrada num conjunto de fórmulas que justificavam a acomodação com as elites militares e econômicas, locais e estrangeiras, como a única opção viável e possível, congelando assim o processo de transformação entre civis conservadores e militares.

HEGEMONIA IDEOLÓGICA

Em outras palavras, as pesquisas conduzidas por institutos latino-americanos revelam um conjunto comum de temas e receitas políticas. Os estudos contêm uma grande quanti-

Os programas de ajuda, assim liberalizados, e os expurgos que os regimes aplicaram nas instituições políticas e nos movimentos, foram a base para a criação de um novo mundo intelectual: o mundo dos centros de pesquisas financiadas a partir do exterior.

dade de dados e de informações, porém, embutidos num quadro ideológico densamente influenciado pelas agências externas de financiamentos. Em cada ponto, os provedores de fundos destacam temas de particular interesse dos responsáveis pelas decisões de política externa ou empresarial. Procuram criar alternativas politicamente estáveis para as ditaduras e definir forças políticas capazes de enfrentar futuros desafios à hegemonia ocidental do mercado. Sua meta básica é estabelecer a hegemonia ideológica entre os intelectuais latino-americanos, uma vez que estes lhe servem como importante terreno de recrutamento, para a classe política de centro-esquerda.

A relação entre os financiadores externos e os intelectuais é complexa e sutil. Não há ultimatums e o grau de supervisão política aberta é limitado. Há freqüentes reuniões e intercâmbios de idéias sobre temas adequados, nos quais parece haver um certo grau de influência recíproca. Com alguma freqüência, as agências provedoras de fundos anunciam suas prioridades de investigação anual: uma questão altamente politizada que permanece encoberta pelo denso manto das ciências sociais. Os diretores ou empresários dos centros de pesquisas organizam equipes que deverão formular propostas, que vinculem a realidade local aos projetos dos seus benfeitores em potencial.

Quase sempre, os diretores de pesquisas locais podem até antecipar as expectativas e as necessidades políticas dos provedores de fundos no ultramar e, sensatamente, discutir e argumentar na defesa daqueles interesses. Assim, a aparência de “autonomia local” fica atrelada aos projetos políticos dos poderes hegemônicos. A incongruência entre a aparente autonomia intelectual e a profunda dependência econômica é muito importante, tanto no plano político como no plano psicológico. Sem aquela aparente autonomia o aprofundamento na compilação de dados sobre temas delicados poderia ser questionado.

As conseqüências diretas da dependência econômica se manifestam no plano político e no plano psicológico estabelecendo os parâmetros políticos do discurso intelectual. Daí a importância de que uma imagem de autonomia intelectual seja preservada para dissimular a dependência. A pesquisa crítica sobre a participação popular, organizações de base, políticas de recebimentos etc. é essencial para fomentar uma imagem de autonomia intelectual, enquanto que a dissociação dessas condições do seu contexto imperialista e de classe, a longo prazo, aumenta os vínculos com os benfeitores externos.

INTELECTUAIS INSTITUCIONALIZADOS

A transformação dos intelectuais latino-americanos está dirigida para a sua incorporação como funcionários de pesquisas, nos centros estatais que dependem de financiamento externo. Seu trabalho exige a coleta das informações que os seus benfeitores não poderiam obter de outra forma e, o que é ainda mais importante, fazer circular e implantar conceitos pertencentes aos benfeitores como se fossem uma ideologia dominante dentro da classe política.

No passado, a América Latina possuía, na melhor das hipóteses, o que Gramsci chamava de intelectuais orgânicos: escritores, literatos e economistas políticos ligados diretamente às lutas políticas e sociais contra o imperialismo e o capitalismo. Eram partes integrantes dos sindicatos, dos movimentos estudantis ou dos partidos revolucionários. Che Guevara, Camilo Torres na Colômbia; Luiz de La Puente no Peru; Miguel Enriquez no Chile; Roberto Santucho na Argentina; Júlio Castro no Uruguai eram alguns dos cem, talvez dos mil intelectuais que integravam seu trabalho intelectual nas lutas sociais dos seus países. E os intelectuais orgânicos mais conseqüentes estabeleceram as normas de conduta para o restante da classe intelectual. Para os milhares de outros intelectuais, o exemplo político e pessoal dos intelectuais orgânicos serviu como uma escala para medir os graus diversos de aproximação. Havia uma contínua luta interna entre o oportunismo profissional e o compromisso político, à medida que os intelectuais latino-americanos se esforçavam para tomar decisões existenciais. Esta luta já não existe: permaneceu decididamente esquecida por muito tempo entre a nova geração de intelectuais, já orientados pelos centros de pesquisas. O problema hoje é como assegurar a maior soma de recursos econômicos das agências do exterior e de financiamentos mais acessíveis.

Os intelectuais institucionalizados são, no sentido "foucaultiano", prisioneiros dos seus próprios e estreitos desejos profissionais. Seus vínculos com as agências externas, com as burocracias internacionais e com os centros de pesquisas dominam a sua vida política vazia e alienada. No passado, os intelectuais orgânicos lutavam penosamente com a sua existência intelectual auto-sustentada e autofinanciada. Viviam e sofriram os ciclos econômicos do seu próprio país. Hoje, os intelectuais institucionalizados vivem e trabalham num mundo dependente do exterior, resguardados pelos programas em moedas fortes e os lucros decorrentes, independentemente das circunstâncias econômicas locais. Os profundos vínculos internos e horizontais, existentes entre os intelectuais orgânicos e a sociedade civil, contrastam com os vínculos verticais existentes entre o intelectual institucionalizado e as agências de financiamento externo. E, ao serem restabelecidos os regimes civis, entre o Estado e o regime local.

NOVA CLASSE DE INTELECTUAIS

As ditaduras criam, indiretamente, uma nova classe de intelectuais orientados internacionalmente, críticos ostensivos do modelo econômico neoliberal, porém, tão comprometidos nas relações de dependência com as redes de ultra-

A transformação dos intelectuais latino-americanos está dirigida para a sua incorporação como funcionários de pesquisas, nos centros estatais que dependem de financiamento externo.

mar como o são os seus adversários das elites financeiras e exportadoras. Esta nova classe tem um estilo de vida e de trabalho que difere profundamente das gerações anteriores, a dos intelectuais orgânicos.

Uma história apócrifa ocorreu-me durante minha visita ao Chile. O diretor de um destes centros de pesquisas convidou a sua mãe, uma provinciana senhora, para visitá-lo em Santiago. Vai recebê-la no aeroporto, com seu novo carro Peugeot.

— De onde tiraste este belo carro? — exclama ela, enquanto admira os luxuosos acessórios do painel do carro.

— O Instituto me financiou. Eu precisava dele para meu trabalho de pesquisas sobre a derrubada da ditadura — respondeu para sua mãe.

Quando chegou ao bairro residencial onde o filho mora, a mãe fica de boca aberta.

— De onde tiraste esta belíssima casa?

— O Instituto me financiou. Eu precisava dela para prosseguir nas minhas pesquisas sobre a queda da ditadura.

Entram. Na sala de jantar, o almoço os esperam: uma sortida mesa de mariscos, frangos, saladas, frutas e um bom vinho. Ainda que comendo com entusiasmo, a boa senhora não deixa de perguntar:

— De onde tiraste este tão requintado almoço?

— O Instituto também financia. Ele se torna uma necessidade no meu trabalho de pesquisa sobre a derrubada da ditadura.

Nesta altura, a mãe coça o nariz e, murmurando, adverte:

— Toma cuidado, meu filho, para que a ditadura não seja derrubada e tu venhas a perder tudo isto!

COMPROMISSOS INTELECTUAIS

Os intelectuais institucionalizados que participam do circuito interno nacional de provisão de fundos têm muito a perder. Não no sentido de um compromisso qualquer, mais profundo, com a luta popular pela transformação do sistema econômico. Os intelectuais institucionalizados de hoje, vêem com desdém os intelectuais orgânicos que os precederam — meros ideólogos — e se consideram genericamente como "cientistas sociais." De início, não existe uma distinção entre ciência e ideologia. Os ideólogos institucionalizados são tão condicionados ideologicamente como os seus precursores: sua ciência está ligada a um mundo de conflitos que são manipulados pelas elites eleitorais, por mercados privados e pela engenharia social. Eles são os "cães de guarda" ideológicos que têm lançado a política de antiimperialismo no limbo dos idiomas já esquecidos. Têm descrito a sua própria conversão para intelectuais funcionários como a culminância de uma revolução científica,

que transcende às vulgares e paroquiais preocupações ideológicas. No passado, os intelectuais orgânicos discutiam com paixão as idéias, porque elas traziam conseqüências diretas para o seu próprio compromisso e a participação pessoal. Os intelectuais institucionalizados trocam de idéias como se fosse a roupa interior. A pose de objetividade (a metodologia necessária para a aceitação externa) determina a distância correta, a partir da qual é possível observar as lutas como objetos a serem modificados, manejados e governados.

O problema do compromisso intelectual está relacionado com o público a que cada um é dirigido: o intelectual institucionalizado escreve e trabalha dentro dos limites dos outros intelectuais semelhantes, de seus patrocinadores de ultramar e de suas conferências internacionais, como o ideólogo político que delimita o território da classe política liberal. Os intelectuais orgânicos se movimentavam no mundo dos ativistas e militantes políticos, simples e francos, com uma visão global que desafiava os limites do mundo liberal burguês. Seu trabalho unia as lutas locais nas minas, bancos e fábricas como instâncias concretas do domínio imperialista global. Associavam o descontentamento social com as lutas políticas contra um estado classista, explicitamente determinado.

O afluxo dos intelectuais institucionalizados afastou os conceito-chaves que iluminavam as lutas populares. Imperialismo, socialismo, poder popular e luta de classes desapareceram no agulheiro da memória: estão fora de moda. Em vez destas formulações precisas, emergiram no universo conceitual dos intelectuais institucionalizados noções vazias de "participação popular", desfigurados "problemas de dívida" e "pactos sociais". Os novos códigos de linguagem dos intelectuais institucionalizados têm uma dupla função: conduzem os cães de guarda ideológicos aos sinais simbólicos para expulsar os transgressores e legitimam, aos olhos dos próprios intelectuais, o seu papel de guardiães da ideologia hegemônica dos centros liberais de subsídios. Entre os institutos dedicados à difusão ideológica, através da promoção e treinamento populares, são exarcebados os efeitos negativos desta espécie de trabalho. Na sua atividade promocional entre as classes populares, a solução de problemas é localizada e distinta de qualquer idéia de poder estatal e da elaboração de uma visão alternativa com base no conceito de classe ou de uma sociedade coletivista e democrática, que era o projeto original e criativo dos intelectuais orgânicos.

A transformação conceitual e lingüística que acompanha a conversão dos intelectuais institucionalizados se manifesta de formas distintas. A política da linguagem é a linguagem da política: tão chocante como o que se escreve e se publica nos institutos, é o que se negocia com outros estados. Os intelectuais institucionalizados criaram a metafísica da pós-política.

CONTRA-REVOLUÇÃO-CULTURAL

No seu sentido mais amplo, o afluxo dos intelectuais institucionalizados e o declínio dos intelectuais orgânicos repre-

Os intelectuais institucionalizados trocam de idéias como se fosse a roupa interior.

senta uma contra-revolução cultural; um grande salto para trás. É o mundo do intelectual como "conselheiro político interno", administrador da conformidade política, ou, no seu linguajar, do consenso político. Para os intelectuais ex-radicalis e arrependidos (aqueles que passaram de uma vocação política para uma vocação institucional) a essência da política é a burocracia. O eixo da política gira ao redor de estreitos interesses institucionais, estabelecendo vínculos com os caudilhos dos centros burocráticos de poder. Neste contexto, a principal preocupação intelectual é a renovação do formalismo e o legalismo, a marginalização da política substantiva.

O esgotamento político (no sentido da incapacidade ou da falta de vontade de formular uma visão global) é reconstituído como teoria política: uma expurgada compilação de conceitos não relacionados com as lutas históricas. Não há relação entre as opiniões políticas dos intelectuais institucionalizados e a realidade da América Latina, nos anos 60. Sob condições de absoluta e permanente regressão sócio-econômica, de miséria popular massiva e crescente descontentamento social; a linguagem e a prática conceitual da reconciliação social e política são surrealistas. Não refletem as realidades latino-americanas objetivas, refletem a reconciliação do intelectual com os parâmetros subsidiários do exterior.

Nos centros de pesquisa intelectual mais conseqüentes existem uma vaga contradição entre os profundos problemas estruturais, que são discutidos com rigor e de maneira muito detalhada e a política superficial prescrita na linguagem burocrático-eufemista. A combinação de crítica sócio-econômica e definições políticas inconseqüentes define o dilema dos melhores intelectuais institucionalizados latino-americanos.

Que esta contradição provoque mal-estar entre alguns intelectuais institucionalizados é duvidoso. Para a maioria deles as operações institucionais são realidade dominante da sua vida cotidiana. E, para quem opera dentro das regras do instituto, o mundo importante é o circuito internacional do instituto. O prestígio e as recompensas giram em torno dos sistemas de conferência internacional e do centro de pesquisas mais avançado. Os diretores de pesquisas internacionais mais importantes são figuras decisivas no mundo do intelectual institucionalizado.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS INTERESSES PRIVADOS

O crescimento rápido e massivo dos intelectuais institucionalizados e o seu afluxo nos anos 80 não deixam transparecer a sua crescente vulnerabilidade. A universalização dos interesses privados, tão evidente nas suas vidas intelectual e pessoal, não oferece soluções sociais e contribui para uma fragmentação maior do tecido da sociedade civil. A superavaliação que fazem das liberdades individuais à custa dos direitos coletivos e sociais em ascensão, com possível reação popular a longo prazo.

O que tem se tornado fundamental para os intelectuais institucionalizados é a proliferação dos seus institutos. Com os conflitos de classe em crescimento, é de se esperar que os seus patrocinadores de ultramar venha a exigir claras definições políticas: estudos não sobre o terror estatal, mas, sobre as propensões à violência, entre os que vivem nos cortiços. São dados úteis para diminuir as insurgências populares. Ironicamente, podem ser as agências de financiamento externo que venham a devolver o intelectual para o estudo da relação entre classe e Estado (separando-o dos enfoques dirigidos ao Estado), à medida que estejam se preocupando com a nova onda de luta de classes. Por exemplo, existem hoje pelo menos cinco projetos mantidos com fundos externos e que estudam a guerrilha do Sendero Luminoso, no Peru.

Durante as ditaduras militares, os institutos de pesquisas mantiveram uma posição ambivalente, publicaram estudos que atacavam as violações dos direitos humanos, as desigualdades dos investimentos, os pagamentos da dívida externa e o esquema da acumulação econômica neoliberal. Ao mesmo tempo, os institutos expuseram suas receitas em termos de alianças políticas e sociais (incluindo como parceiros as elites econômicas e militares das democracias capitalistas ocidentais), que pareciam excluir a possibilidade de qualquer reforma conseqüente. O tratamento ambíguo, por parte dos centros de pesquisas, da análise sócio-econômica crítica, com as suas tolerantes receitas políticas, foram resolvidos com a transição para os regimes civis eleitorais. Em alguns países, como Argentina e Brasil, os intelectuais institucionalizados, por suas alianças com as elites militares e econômicas, se adaptaram às estruturas sócio-econômicas já existentes e seguiram políticas administrativas idênticas às do seus antecessores.

CONSELHEIROS DO REGIME

Neste contexto, os intelectuais institucionalizados, incluindo aqueles que ocuparam altas posições no novo regime, bem como os seus colegas que permaneceram nos centros de pesquisas, porém, serviram como conselheiros do regime, deslocaram sua agenda de pesquisas, separando-a dos estudos críticos das desigualdade, da dependência e do poder; estabeleceram orientações tecnocratas e de desenvolvimento. Sua crítica já não estava mais dirigida para os colegas no regime e no Estado, mas, aos sindicatos, aos movimentos sociais e aos partidos políticos do regime civil, que pressionaram o regime para que suas promessas eleitorais fossem cumpridas.

A noção mais comum e banal que caracterizou os escritos e os pronunciamentos políticos ocasionais dos intelectuais institucionalizados convertidos em governistas foi a do "duplo demônio". Segundo esta idéia o regime civil eleitoral está ameaçado ao mesmo tempo pelos militares de extrema direita e pelos movimentos sociais radicais, ou extremistas.

Os intelectuais institucionalizados recorreram à confusão dos movimentos sociais que lutaram e elegeram regimes civis, com os grupos militares e paramilitares deslocados. Este exemplo de desonestidade é característico do avançado estado de decadência que acompanha a conversão dos intelectuais institucionalizados em funcionários do Estado.

Os intelectuais institucionalizados criaram a metafísica da pós-política.

Os intelectuais, de pensamentos assim uniformes, não podem enfrentar a crise dos seus regimes eleitorais liberais e fracasso das suas políticas de pactos sociais. Para fazê-lo, seria necessário que estivessem dissociados do estigma ideológico gravado pelo financiamento externo.

Os "empresários" intelectuais institucionalizados sabem não somente como e onde obter abundantes subsídios externos, como conhecem muito bem os perigos implícitos do estabelecimento de alternativas sociais baseados no poder popular, às decadentes democracias liberais ainda existentes. Confrontando com este dilema, a posição mais conveniente é a de proclamar que a situação pós-eleitoral é muito difícil e complexa e que não existem alternativas fáceis. Esta posição permite aos intelectuais institucionalizados continuarem recebendo dos fundos externos, enquanto passam por cima dos riscos e das políticas menos atraentes dos seus colegas alojados no Estado.

Desse modo, muito pouco tempo depois da transição para um regime civil, os intelectuais institucionalizados passam da celebração eleitoral à consternação política: ao se converterem em apologistas do regime, abdicam da sua responsabilidade como intelectuais e críticos. A crise atual da democracia liberal na América Latina se reflete na crise do intelectual institucionalizado, em especial, à medida que as agências de ajuda externa começam a buscar e a financiar outros institutos, agora comprometidos com as novas forças sociais em ascensão.

PERSPECTIVAS DA PRÓXIMA GERAÇÃO

Dois tipos de intelectual diametralmente opostos servem de modelo para a próxima geração dos anos 90: os intelectuais orgânicos dos anos 60 e os intelectuais institucionalizados dos anos 80. O impacto deste último sobre a geração atual tem sido contraditório: ainda que conservem a capacidade metodológica, seus estudos teóricos e empíricos são dissimulados num contexto ideológico, que caracteriza um terreno intelectual inadequado para o desenvolvimento de um compromisso com as lutas de classe emergentes: Ainda assim, a incapacidade do intelectual institucionalizado para propor respostas adequadas aos problemas prementes que os regimes democrático-liberais enfrentam, pôs em marcha a formação de núcleos de jovens intelectuais, vinculados aos movimentos sociais e políticos. O modelo, de feição negativa, que os intelectuais oferecem à nova geração se estampa no estilo de vida e dos valores que acompanham as suas pesquisas: redes internacionais e receitas políticas ambíguas. A crise atual da América Latina pode obrigar os integrantes da nova geração de intelectuais que não podem ser, ou que escolham por não serem absorvidos pelo sistema, a lutarem contra ele e a reconstituírem como tal, através de vínculos orgânicos e com os movimentos populares.